A 'Economia' Como Dimensão de Lutas e Relações de Dominação e Exercício de Poder na Vida em Sociedade[1]

Sérgio Montero SOUTO
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ

Daniel KOSINSKI
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Esta comunicação analisa as colunas da jornalista de economia do jornal *O Globo* Miriam Leitão relativas à proposta do governo Temer de congelar os gastos públicos primários, por 20 anos. Busca-se analisar o discurso adotado pela principal colunista de economia do jornal, visando a influenciar a opinião do brasileiro não iniciado nessa temática. Para essa análise, recorreu-se a estudo bibliográfico sobre o tema e à teoria crítica, em particular aos ensinamentos da sociologia econômica de Max Weber.

Palavras-chave

jornalismo impresso; discurso; Leitão; economia

Texto do Trabalho

Esta comunicação dá sequência ao acompanhamento das colunas da jornalista Miriam Leitão, visando a analisar como ela traduz para o brasileiro não iniciado em tema tão complexo questões-chave para o país e os brasileiros. O acompanhamento foi iniciado com a análise de que como Leitão tratou o atraso do pagamento dos servidores do Rio de Janeiro e a decretação do estado de calamidade do Rio pelo então governador interino, Francisco Dornelles (SOUTO, 2017). A pesquisa agora focou nas colunas relativas à proposta do governo Temer de congelar os gastos públicos primários, por um período de 20 anos. O recorte escolhido vai de 15 de junho, quando a proposta de emenda constitucional (PEC) 241 foi enviada à Câmara dos Deputados, até 14 de dezembro, quando foi aprovada pelo Senado, rebatizada como PEC 55. Foram analisadas 56 colunas nesse intervalo.

Com o avanço da banda larga e, principalmente, da mobilidade, via celulares, tablets e outros *gadgets*, o jornalismo impresso viu acentuar-se o processo de perda da sua

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

centralidade como ordenador de sentidos e intérprete da sociedade contemporânea, papel que assumira há cerca de quatro séculos. A decadência do modelo de financiamento baseado na publicidade aliada à não renovação do público nas novas gerações deslocam para outras plataformas o papel ocupado pelo jornalismo impresso desde que, em meio à Revolução Industrial, estabeleceu-se a bifurcação entre *news* e *comments*.

A perda da centralidade do impresso tem sua representação mais emblemática na trajetória do *The New York Times*, jornal de referência do centro do capitalismo e, *et por cause*, reverberado pela mídia da periferia. Em 2000, a New York Times Company, empresa que edita o jornal, faturou US$ 3,5 bilhões, com lucro operacional de US$ 636 milhões e lucro líquido de US$ 397 milhões, 11% em relação ao faturamento. Essa margem era superior à das 30 maiores empresas abertas de outras indústrias, que, em 2013, não passava de 8,5% segundo o ranking da *Fortune* (http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500/2013/full_list/index.html?iid=F500_sp_full).[2]

O resultado da empresa no último ano do século passado tinha como origem as receitas de publicidade e da venda de jornais (bancas e assinaturas), que lhe permitiam sustentar uma redação com cerca de mil editores e repórteres, incluindo correspondentes espalhados pelos principais lugares do planeta do ponto de vista do *NYT*.

No entanto, passados apenas 12 anos do novo século, a empresa viu sua receita desabar 54,2%, para US$ 1,9 bilhão. O lucro operacional encolheu 16,2%, para US$ 108 milhões e o lucro líquido, 33,5%, para US$ 133 milhões, com quase 7% de margem. Se essa tendência fosse projetada, considerando receitas em queda e despesas idem (incluindo cortes aplicados, inclusive à redação), o jornal, fundado em 1851, dificilmente, chegaria ao seu bicentenário.

A crise levou a mudanças societárias importantes, com o bilionário mexicano Carlos Slim tornando-se, em janeiro de 2015, o principal acionista individual do *NYT*, ao exercer opções de 15,9 milhões em ações. Com isso, dobrou sua fatia no negócio, passando a deter 16,8% das ações do jornal, embora a família Sulzberger tenha continuado a manter o controle sobre a publicação

[2] Todas as informações financeiras do New York Times provêm do site institucional da empresa, conforme acessado em 15/11/13

(http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1575242-carlos-slim-vira-o-maior-acionista-da-empresa-que-edita-o-new-york-times.shtml).

Não cabe aqui um aprofundamento da historiografia do *NYT*, sendo o jornal mencionado como caso emblemático da perda de centralidade do jornalismo impresso como ordenador de sentidos no século XXI. Se o principal jornal de referência do centro desenvolvido sofre com a mudança de paradigmas tecnológicos e com os questionamentos advindos de formas alternativas de jornalismo, principalmente, blogs e sites contra-hegemônicos, a saúde da imprensa brasileira é ainda mais anêmica, forçando-a a aumentar sua atávica dependência de recursos públicos, uma contradição preocupante para quem leva a sério seus editoriais que advogam o Estado mínimo.

Segundo levantamento do jornalista Fernando Rodrigues, então no site UOL, apenas em 2015, a Rede Globo e as cinco emissoras de TV aberta de propriedade do Grupo Globo (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília e Recife) receberam R$ 396,5 milhões em publicidade estatal federal. Apesar da queda de R$ 206,3 milhões (34%), em relação aos R$ 602,8 milhões embolsados, em 2014, (http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/07/06/governo-cortou-r-206-milhoes-em-publicidade-da-tv-globo-em-2015/) o número é expressivo e, frise-se, refere-se apenas à publicidade federal. O levantamento não inclui verbas estaduais e municipais, cujos mandatários são mais sensíveis ao noticiário global. A Globo deteve, naquele ano, 32% da publicidade estatal federal, fatia que chegou a 59% do gasto com TVs abertas, em 2003, no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O derretimento do modelo de negócios baseado na publicidade, no entanto, não implica um quadro homogêneo sobre o futuro do jornalismo impresso. Existe ao menos uma área que, por tratar-se do núcleo duro do jornalismo, sinaliza a manutenção de um tipo específico de leitores, com interesses especiais no que ela publica. Trata-se do jornalismo econômico. Se estender numa historiografia da mídia econômica iria além do objetivo deste trabalho. Mais relevante é recordar a diferença entre os distintos contratos de leitura mantidos pelos veículos especializados com suas audiências e os sustentados pelos mídias generalistas com os seus públicos.

Enquanto os primeiros se dirigem a uma audiência que, por convergência ideológica, carece mais de informação para tomar decisões do que de tentativas de convencimento, os segundos demandam uma narrativa que os induzam a aderir a propostas que, embora, objetivamente, contrariem seus interesses de classe, possam ser repetidas acriticamente.

Tal sedução é socorrida por uma narrativa simplista, como a que compara o orçamento, e os encargos, de uma dona de casa com os de um governo central de um país com as complexidades, disparidades sociais e regionais, como o Brasil.

A diluição das contradições de classe e a simplificação da complexa gramática da economia, não raro reduzida a slogans repetidos *ad nauseam*, permitem que leitores do outro lado do polo passem a internalizar, e reproduzir, o discurso do dominador. Isso explica por que, num país em que dois terços dos recursos do Orçamento da União são destinados ao pagamento de juros da dívida pública (FATORELLI, 2013), e tem como principais beneficiários cerca de 20 mil clãs familiares (grupos compostos por 50 membros de uma mesma família (POCHMANN, AMORIM e SILVA, 2004), seja ordinário ouvir-se o discurso em defesa do corte de gastos públicos, não financeiros, reproduzido por setores diretamente atingidos pela redução de verbas em educação, saúde, segurança e/ou infraestrutura.

A contradição entre subjetividades e interesses objetivos é o que move esta pesquisa a concentrar sua análise no discurso da colunista de *O Globo*, um dos três principais jornais impressos, ao lado da *Folha de S. Paulo*, e de *O Estado de São Paulo*, aos quais se pretende estender observações análogas em futuras pesquisas. A escolha obedeceu ao critério de colunistas principais. Apesar de a terminologia remeter à tese de "jornal principal", largamente desenvolvida nos estudos sobre o jornalismo desde os anos 50, a opção pelo objeto aqui acompanhado guarda diferença seminal.

As pesquisas sobre jornal principal remetem a uma diferença conceitual importante: a de circulação e penetração, ambas ligadas a estratégias distintas das publicações. Jornais e jornalistas podem ter forte influência mesmo com baixas tiragens, desde que atinjam um público restrito, mas específico ("quem decide"), e publiquem informação relevante e/ou exclusiva. No caso da colunista, porém, a eleição se deu menos pela valoração subjetiva da sua capacidade de formação de opinião do que pelo território do qual escreve. Em outras palavras, entende-se que o argumento de autoridade da colunista aqui acompanhada vem sobretudo do veículo em que publica do que da projeção pessoal autônoma que possa deter. Se perdesse o espaço que ocupa, a tendência é que perdesse centralidade no debate econômico.

Weber e a não neutralidade da economia

A rigor, foi na sua clássica obra *Economia e Sociedade*, publicada após a sua morte como uma coletânea dos seus escritos em 1921, que foram apresentados os principais conceitos e ideias da sociologia econômica de Max Weber. Sem a pretensão nem o espaço necessário para abordá-la em profundidade, consideramos, porém, essencial revisitarmos alguns dos seus aspecto, para embasarmos os nossos argumentos sobre a perspectiva apresentada pela jornalista Miriam Leitão nas suas colunas.

Ao tratar das relações entre a teoria econômica "pura" e a sociologia em geral, Weber considera que a primeira analisa situações em que os agentes agem racionalmente, movidos, principalmente, pelos seus interesses materiais e têm a utilidade[3] como objetivo, mas em geral não levam em conta o comportamento de outros atores, ou não o fazem de forma "deliberada e sistemática". A perspectiva proposta por ele enfoca, ainda, a ação social econômica, aquela movida principalmente pelos interesses materiais e também voltada para a utilidade. Porém considera primordialmente a interação com outros agentes sociais, suas ações e interesses.

A partir dessa concepção, Weber investiga os fenômenos da produção e da distribuição materiais em sociedades sob a perspectiva das suas motivações e suas consequências sociológicas e políticas. Ele entendia a ação econômica como muito mais orientada por oportunidades do que por certezas. Ao adquirir um artigo, por exemplo, o indivíduo é movido pela esperança de que esse seja útil para gerar lucros ou para satisfazer as suas necessidades, mas o que realmente faz é se apropriar da oportunidade de usá-lo de formas diferentes, excluindo os demais indivíduos da mesma.

A " vida econômica, tal como Weber a entende, gira em grande medida em torno da apropriação e, de preferência, do monopólio dessas oportunidades: […] de obter lucros, […] de mercado etc. Com isso, impedimos que outros as usem" (SWEDBERG, 2005:54). Existe, assim, clara dimensão de conflitos de interesses e disputa pela prevalência no acesso e controle de recursos materiais. Ele compreendeu a "riqueza" como aquilo que pode ser usado para a satisfação das próprias necessidades, enquanto o "capital" refere-se à obtenção do controle sobre mercadorias e serviços.

Apesar disso, para Weber, o recurso à violência é alheio à "ação econômica normal", pois "o uso da força é, de maneira indiscutível, absolutamente oposto ao espírito da ação

[3] Termo que, no entendimento dele, é mais abrangente do que a mera "satisfação de necessidades" e se refere ao uso que se pode fazer de objetos (mercadorias), assim como o comportamento humano (serviços, ou a geração de lucros).

econômica no sentido habitual" (WEBER apud SWEDBERG, 2005: 58). Logo, para ele, a economia era uma "luta formalmente pacífica". Porém, isso não implica que as ações econômicas sejam sempre livres e voluntárias. Muito pelo contrário, pois ele "via a economia empírica como uma arena onde há luta (Kampf) constante" e fez referência, também, "[à]quela luta econômica pela existência, insensível e implacável [...] em que não milhões, mas centenas de milhões são física e espiritualmente mutilados ano após ano" (ibid.).

Expor a estrutura desses conflitos era um dos grandes temas da sua sociologia econômica, por isso, era "essencial" introduzir a ideia do "poder de controlar e dispor" no conceito sociológico de ação econômica. A questão do poder fica evidenciada pelos três tipos de relações na esfera econômica que ele aborda, todas interconectadas: luta, concorrência e seleção. A primeira - definida por Weber como situação na qual uma das partes de uma relação social está preparada para disputar com a finalidade de impor seu ponto de vista, independentemente do que a outra parte quer – permeava todas as áreas da economia.

Ela existe entre duas pessoas que decidem fazer uma troca entre si, enquanto "luta pelo preço" (preço, aqui, compreendido como "regularidades determinadas pelo interesse", também expressando uma dimensão de interação social e disputa entre poderes). Naquele ato, há também outra luta entre cada uma dessas pessoas e seus concorrentes, a "luta entre os concorrentes" – "um conflito pacífico é 'concorrência', na medida em que consiste numa tentativa formalmente pacífica de tentar controlar as oportunidades nas quais ou outros também estão interessados" (WEBER apud SWEDBERG, 2005:60) - sendo essas as duas formas de luta características do mercado (para ele, uma "estrutura amorfa" cuja essência social consiste em atos de troca repetidos).

Nesse sentido, "luta" não significa o uso explícito da violência, pois aquilo que diferencia a política da economia, em princípio, é o uso da violência ou a sua ameaça. Para Weber, na economia, as lutas usualmente são resolvidas por meio de acordos, utilizando-se, ao menos formalmente, "meios pacíficos", ao passo que, na política, usa-se a violência, ainda que como recurso decisivo, sendo esta, portanto, uma ordem fundamentada, em último caso, naquela. Porém, no seu entendimento, toda sociedade possui uma "ordem econômica", no sentido de que existe uma distribuição específica do "poder econômico", ou utilizando a sua terminologia, do "poder de controlar e dispor" dos recursos materiais escassos.

Na concepção weberiana, a "ordem econômica" refere-se à esfera do "reconhecimento de fato" de quem controla o quê na economia, isto é, quem controla e dispõe daqueles recursos, e por conseguinte, quem é privado de fazê-lo, e por quais meios. Logo, tal ordem é, em última instância, garantida pela ordem política, e consequentemente, ele afirma: "Por trás de toda ordem econômica há e deve haver o uso da coerção" (WEBER apud SWEDBERG, 2005:109).

Merece menção o destaque dado por Weber à questão da "dominação" (Herrschaft), definida como a "probabilidade de que uma ordem com um teor específico seja obedecida por um grupo de pessoas (ibid: 60). Todo sistema político baseia-se, de alguma forma, em relações de dominação – cujos três "tipos ideais" são definidas em: tradicional, carismática e racional – legal. E, como a economia faz parte de um sistema político, tende a operar de acordo com o mesmo tipo de dominação vigente naquele.

A dominação na economia, ocorre, tanto no capitalismo moderno – cujos parâmetros são estabelecidos pelo Estado, mas que é, em grande medida, operado por iniciativas privadas – quanto nas sociedades mais antigas, nas quais o Estado, em geral, a dominava totalmente. De maneira análoga, relações de dominação estão presentes no interior da própria economia, sendo a sua regra. Assim, as empresas ("organizações econômicas") são constituídas internamente como "sistemas de dominação", estruturadas em hierarquias e cadeias de comando (SWEDBERG, 2005).

Se para Weber a economia não é o espaço no qual prevalece o uso explícito da violência, por outro lado, ela tem em comum com a política a existência de lutas. Com isso, entendemos que ele expressou o reconhecimento da existência permanente de confrontos e disputas pelo poder de controlar e dispor de recursos escassos (SWEDBERG, 2005), assim como a constituição da "ordem econômica" a partir de relações de apropriação, exclusão, dominação e subordinação, isto é, reconhecendo, portanto, a dimensão política da economia.

Tais relações também constituem a base de outros fenômenos, supostamente, puramente "econômicos", como é os preços. Embora enfatizasse não pretender elaborar uma teoria da sua formação – tarefa que caberia mais à economia teórica do que à sociologia – observou serem determinados pelas "lutas pelo poder econômico", isto é, pelo poder de controlar e dispor de recursos escassos: "Os preços em dinheiro são o produto de conflitos de interesses e de acordos; por isso resultam de constelações de poder", sendo, ainda, "instrumentos de cálculo apenas como quantificações aproximadas de

probabilidades relativas nesta luta de interesses" (WEBER apud SWEDBERG, 2005:72). Vendo nos preços a expressão aritmética de conflitos pelo poder de controlar e dispor, afirmou que, do ponto de vista sociológico, "inflação sempre significa, em primeiro lugar, uma forma particular de aumentar o poder de compra de certos interesses" (WEBER, 1978:183).

Analogamente, ao tratar do dinheiro, Weber não tem interesse em desenvolver uma teoria a seu respeito (cita como referências as obras *Teoria da Moeda e do Crédito*, de Ludwig von Mises, e *Teoria Estatal da Moeda*, de Friedrich Knapp), mas em analisar as "consequências sociológicas" do seu uso. Essas incluem a possibilidade de usar o dinheiro em troca de enorme gama de outras mercadorias; a maior capacidade de armazenar valores para uso futuro, calcular o lucro e a utilidade marginal; e, também, a possibilidade de transformar o controle sobre oportunidades econômicas em somas de dinheiro.

E deixa claro que, para ele - ao contrário do afirma a economia política clássica e todas as que se inspiraram nos seus pressupostos, como a teoria da utilidade marginal, que ele elogiava como "argumento puramente teórico", mas que considerava insuficiente para explicar o que acontece empiricamente - "o dinheiro não é um simples 'fiador de utilidades não especificadas' que podem ser alteradas à vontade", sendo, antes de tudo, mais uma "arma" na "luta do homem contra o homem" (WEBER, 1978:103), instrumento, portanto, dotado de caracteres inerentemente políticos, ligados ao exercício do poder político e aos conflitos travados por ele.

A dimensão política da economia observada por Weber explicitou-se, em outros temas, como a bolsa de valores, caracterizada como um "meio de adquirir poder na luta econômica". Assim como "rifles e canhões" eram necessários numa guerra, "uma bolsa de valores forte" era necessária na paz, "enquanto a nação conduzir uma luta inexorável e inevitável pela existência nacional e pelo poder econômico" (WEBER apud SWEDBERG, 2005:325).

Ao investigar os fenômenos da produção e distribuição materiais, Weber concebeu o que chamou de Sozialökonomie, traduzível como "ciência socioeconômica" ou "economia social", assim definida por ele: "A Sozialökonomie discute fenômenos que são escassos, necessários para satisfazer interesses ideais e materiais e que só podem ser concretizados por planejamento, luta e cooperação com outras pessoas" (ibid.:335).

Criticava, portanto, a típica abordagem dos fenômenos da produção, do comércio e das finanças da teoria econômica "tradicional" – isto é, a economia política clássica e as suas herdeiras, como a neoclássica – que os representa como autônomos, isolados de outros aspectos da vida em sociedade e dotados de leis e mecânica próprias. Com essa perspectiva. Com veemência, atacava a tendência geral de que "a forma econômica de se ver as coisas" se transformasse na norma aceita, assim como repreendeu "o valor exagerado que se [atribuía] ao econômico" nos seus tempos (ibid.: 324).

Ao tratar do moderno capitalismo ocidental, aponta uma luta constante entre interesses opostos, inseparável da dimensão política da vida em sociedade na qual a produção material está inserida e na qual a dominação e a coerção são elementos constantes e decisivos. O que pressupõe "a batalha do homem contra o homem", enfatizando que um comércio racional acontece "quando ambas as partes esperam lucrar com ele". Mas, também, "quando uma [parte] está sob coação devido à sua própria necessidade ou ao poder econômico do outro" (WEBER apud SWEDBERG, 2005: 65).

Também na sua *História Geral da Economia*, publicada em 1923, ele retorna a esse ponto, afirmando que o operário, em geral, vende o seu trabalho por causa do "chicote da fome". Já em outra passagem, indica que a responsabilidade por grande parte do conflito entre a racionalidade formal e a substantiva na economia decorre da desigualdade na distribuição da renda (SWEDBERG, 2005).

Ao apresentarmos esses pressupostos, pretendemos indicar uma argumentação fundamentada na rejeição do ideal de que a "economia" diz respeito a um espaço neutro, dotado de leis que lhe sejam próprias e particulares, desfrutando de isolamento em relação às demais dimensões da vida em sociedade como a política, os seus interesses e os seus conflitos, os valores éticos e religiosos e os comportamentos sociais. Esse é, conforme pretendemos indicar, o ideal subjacente às perspectivas adotadas pela jornalista Miriam Leitão nas colunas escritas por ela.

Nessas, ela apresenta seus argumentos e suas conclusões como fatos irrefutáveis ou insofismáveis, decorrentes de pressupostos supostamente "técnicos", "econômicos", com o que pretende que sejam entendidos como "neutros". Posições que, em tese, não guardariam quaisquer relações com interesses políticos e nada teriam a ver com disputas pelo "poder de controlar e dispor". Porém, entendemos que este não é, definitivamente, o caso, pois aquilo que ela apresenta com aspiração à imparcialidade revela a filiação (e

defesa) de interesses e perspectivas claramente definidos. Passemos, então, à análise do seu material.

Na coluna intitulada "Trilha confusa", publicada no dia 16 de junho de 2016, por exemplo, Leitão trata das "mudanças e reformas" que, no seu entendimento, "têm que ser feitas" para que a PEC do teto dos gastos "funcione". Na sua visão, a principal fonte de despesas - termo que costuma empregar para se referir aos gastos e aos investimentos públicos de maneira geral - a exigir intervenção é a Previdência Social, a "mais incontrolável delas".

Porém, segundo a colunista, o "problema" é que, inicialmente, a Previdência ficará fora do limite de gastos impostos pela PEC e "pior, muitos dos benefícios que ela concede são pelo salário mínimo", cuja regra de reajuste leva em conta a inflação do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto nos dois anos anteriores. Ademais, existiriam "problemas práticos" para limitar os gastos públicos pela inflação do ano anterior, uma vez que as duas outras "grandes despesas" orçamentárias, saúde e educação, estarão subordinadas ao limite imposto pela PEC. Por essa lógica, se a mudança da Previdência Social "demorar", os gastos daquelas rubricas terão de "encolher proporcionalmente mais". Dessa forma, com vistas a alterar a "dinâmica de crescimento desse tipo de obrigação", a jornalista postula como "necessária" uma série de alterações em regras e a desvinculação de "despesas" hoje atreladas ao salário mínimo.

Quase uma semana mais tarde, na coluna do dia 22 do mesmo mês - "Enquanto durar" - Leitão reforça esse argumento referindo-se às medidas tomadas pelo ministro da Fazenda de Michel Temer, Henrique Meirelles, como "ações para os próximos dez ou 15 anos", independentemente da duração do presente governo, com vistas à resolução da "crise fiscal". E cita as palavras do ministro, para quem, a emenda do teto dos gastos públicos é "fundamental", principalmente, associada à reforma da Previdência, "para que o gasto não cresça demais, reduzindo o espaço dessas outras despesas".

Sete dias mais tarde, na coluna "Alívio na economia", embora sem mencionar especificamente a PEC, Leitão cita as "propostas do governo que podem reduzir as despesas públicas" como fator importante para a recuperação da economia brasileira, afirmando que, com a aprovação da limitação dos gastos públicos à inflação do ano anterior, as "despesas públicas" devem cair de 1,5% a 2% em três anos (ressaltando que haviam chegado a 19,6% do PIB em 2015), fato que significaria uma "inversão de tendência relevante" com relação aos governos anteriores, raciocínio que parece

desconsiderar o papel fundamental dos gastos e investimentos públicos, através do chamado "efeito multiplicador", para os níveis de produção, emprego e renda na economia (KEYNES, 1992).

Ela prossegue, afirmando que, se a reforma da Previdência Social "demorar", os gastos dessas rubricas terão de "encolher proporcionalmente mais". Dessa forma, com vistas a alterar a "dinâmica de crescimento desse tipo de obrigação", a jornalista postula como "necessária" uma série de alterações em regras e a desvinculação de "despesas" hoje atreladas ao salário mínimo.

Nessas três primeiras colunas analisadas, já é possível percebermos o eixo da argumentação da jornalista, cuja narrativa sempre condiciona a recuperação do país às aprovações da PEC, da reforma da Previdência e da trabalhista (embora ela não se refira a esta com a mesma frequência). Ela dedica uma sequência de colunas ao tema. Na primeira, "Contas no vermelho", de 5 de julho, trata das previsões de déficit primário do governo para 2017 e as dificuldades em estimá-lo diante da imprevisibilidade do crescimento do PIB e das receitas. Para atacar este problema, diz, "o governo está contando – e o mercado também – com a aprovação da PEC do limite de gastos".

Na coluna do dia seguinte, "Reformas em partes", Leitão afirma que a apresentação das propostas da Previdência Social e trabalhista ao Congresso Nacional representava a "estratégia do governo para o reequilíbrio fiscal", tendo em vista aprová-las até o fim do ano daquele ano. Também cita a revisão de "todos os benefícios do auxílio-doença", sugerindo aprovação à decisão. De acordo com ela, com esse conjunto de medidas, o governo pretendia "dar um horizonte fiscal ao país", conforme havia declarado o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em reunião "com mais de dez fundos de investimento", novamente recorrendo às referências ao setor financeiro como interessado na aprovação das propostas.

Em 8 de julho, na coluna intitulada "Opiniões de Ilan", Miriam trata da entrevista concedida pelo novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, à própria jornalista. Nela, ele cita "as mudanças estruturais que estão sendo colocadas", reiterando que "eu realmente acho que o teto de gastos é relevante", diante da escalada de crescimento das despesas e com a perspectiva de queda das receitas governamentais. Dessa forma, segundo Goldfajn, "era necessária uma medida como a que estamos tendo este ano". E afirmando, sobre a dívida pública, que "há vários fatores que condicionam sua trajetória e sua estabilidade não será conseguida no curto prazo", mas que seria importante

"sinalizar que, em algum momento, ela vai parar de crescer", num "futuro não muito distante".

Para interromper a alta da dívida, na questão fiscal, é "fator relevante" que o governo imponha o "limite de gastos", o que, na visão dele, também será "um incentivo para de fato discutir o orçamento", como se, na sua argumentação, ele considerasse todos os gastos da União, sem exceções, fato que, conforme veremos, não acontece. Goldfajn sustenta que, para conseguir a redução da taxa de juros, o caminho é "evitar qualquer tipo de interferência que aumente o custo do dinheiro", indicando uma política de "não intervenção" do governo sobre as condições do mercado financeiro.

É interessante notarmos que a jornalista demonstra preocupação com a questão do convencimento da opinião pública a respeito do que considera ser a "necessidade" das mudanças propostas pelo governo. Na coluna de 9 de julho, intitulada "Popularizar o ajuste", Leitão faz referência ao fato de que "o desafio do governo também é de comunicação", pois, segundo ela, "medidas tidas como impopulares podem ser bem aceitas se apresentadas da maneira correta". E cita pesquisa de opinião pública que teria apontado que, "quando informados sobre o déficit nas contas [públicas], 95% dos brasileiros dizem que é necessário cortar ou manter as despesas públicas no mesmo nível".

Em 5 de agosto, a jornalista retorna a esse tópico em outra coluna, intitulada "Agenda econômica", na qual afirma que, "para votar o mais aguardado dos projetos, [a PEC] o teto dos gastos, será preciso passar por longa tramitação", na qual, segundo o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), "o governo precisará de muita capacidade de persuasão", pois "do contrário, vão dizer que estão tirando dinheiro da saúde e da educação".

Na coluna de 15 de julho, "A queda e a espera", Leitão se refere à agenda de reformas como "medidas amargas", a primeira delas, justamente a PEC do teto dos gastos, sendo considerada pela secretária do Tesouro Ana Paula Vescovi, "uma agenda importantíssima para o equilíbrio fiscal", pois, segundo ela, a "retomada da economia depende desse horizonte". E Leitão complementa: "Na economia, tudo funciona assim: se os empreendedores e os investidores têm um horizonte crível de solução dos problemas, isso é trazido a valor presente, ou seja, já começa a melhorar agora." E ressalva: "Se o investimento privado subir, há possibilidade de queda do desemprego, o que reduz a tensão na economia."

Adiante, na coluna do dia 26 de julho, "Horizonte curto", Leitão trata das "más notícias no campo fiscal" que então afligiam o governo e que este, segundo o ministro Meirelles, visando a "deixar bem claro o compromisso com a estabilidade fiscal", condicionava a eventual não aprovação da PEC à elevação de impostos, como "parte do esforço de aumentar a noção de urgência em relação ao teto dos gastos". Dessa forma, segundo a jornalista, "o governo vai insistir que a aprovação da PEC dos gastos e a reforma da Previdência são as únicas propostas que darão horizonte às contas públicas", sendo que "esta será a agenda que vai orientar a administração", pois "é isso ou elevar impostos".

Por fim, citamos a coluna "A carga mais pesada", de 25 de agosto. Nela, Leitão cita a ida de Henrique Meirelles e do ministro (então interino) do Planejamento, Dyogo de Oliveira, à Câmara para "tentar convencer" os deputados a votar a favor da PEC do teto dos gastos públicos. Segundo ela, "os dois ministros explicaram que, para sair da crise, é preciso restabelecer a confiança, e para isso é fundamental dar um horizonte de controle das despesas públicas", complementando com citação textual das afirmações de Oliveira, para quem ,"mais de 50% das despesas do governo federal são para o pagamento de aposentadorias, pensões, benefícios previdenciários. Já o investimento é 3% das despesas.

Conclusão

Nota-se que Leitão, assim como os interlocutores cujas posições reverbera, desenvolvem seus argumentos, seus diagnósticos e suas conclusões partindo do déficit primário das contas do governo. Ou seja, a arrecadação do governo subtraída aos seus gastos, exceto os financeiros. A jornalista não oferece razões que justifiquem a adoção desse critério, sugerindo assumi-lo como fato dado, ou talvez, uma "variável exógena" ao modelo.

Porém, a sua escolha já é, em si, reveladora. A Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional para 2017, revela que, dos gastos federais totais, de R$ 3,399 trilhões, o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal responde por R$ 925 bilhões, enquanto os encargos financeiros da União, incluindo os juros da dívida pública, consumirão R$ 869 bilhões. São, por larga margem, as maiores denominações de gastos do Orçamento. Outras rubricas possuem previsão de empenho muito menores: regime geral da Previdência Social, R$ 562 bilhões; pagamento ao funcionalismo público federal, R$ 307 bilhões; Ministério da Saúde, R$ 115 bilhões; Ministério da

Educação, R$ 105 bilhões; investimentos da estatais, R$ 90 bilhões; e outros investimentos, R$ 58 bilhões. Relações semelhantes entre gastos financeiros, sociais e investimentos públicos são encontradas nos orçamentos federais dos anos anteriores (FATORELLI, 2013).

Logo, a reivindicação à neutralidade do seu discurso esbarra nas consequências concretas do que representa a disputa dos diferentes agentes em relação à partilha dos recursos do Orçamento da União. Em 2017, cerca de 50% do Orçamento será destinado a encargos com juros da dívida pública. No entanto, pela narrativa da jornalista, seus leitores são levados a concluir que a origem dos déficits governamentais está, fundamentalmente, nas "despesas primárias", principalmente a da Previdência Social, o que justificaria a drásticas mudança das suas regras.

Como quaisquer menções aos gastos financeiros do governo são ocultadas nas suas colunas, estes, ao contrário dos sociais, não são problematizados pela jornalista como "despesas". Com isso assumem carácter de inevitabilidade, independentemente do montante de recursos que consomem - o que guarda estreitas relações com os juros praticados pelas mesmas autoridades monetárias às quais Leitão se referencia. Diante desse quadro, era de se esperar que a questão dos gastos financeiros da União chamasse a atenção da jornalista. Porém, em flagrante contradição com a sua propalada preocupação com a grave situação fiscal do governo, oculta do debate exatamente a principal fonte de desequilíbrio das contas do governo brasileiro: a magnitude dos gastos financeiros da União. A omissão desse "detalhe", na verdade, o quinhão mais robusto do Orçamento, afasta do debate público questão relevante.

Ao mesmo tempo, ao repercutir acriticamente e endossar as afirmações de representantes do governo, Leitão se põe na posição de propagandista do discurso governamental, que condicionando a viabilidade da PEC do teto dos gastos públicos às reformas, as apresenta como inevitabilidade, como um suposto conjunto de orientações sem as quais não seria viável superar a crise atual.

Estamos diante da construção de uma narrativa que visa ao reconhecimento social da opinião pública brasileira, legitimando as propostas que o governo pretende aprovar, todas - como a jornalista reitera repetidas vezes – alinhadas aos desejos do mercado financeiro. Fundamentando sua narrativa numa "economia" apresentada como ciência supostamente neutra, técnica e apolítica, a jornalista cumpre o papel de porta-voz a função de determinados interesses, apresentando as reformas como única solução

plausível para a superação da crise, as representando como necessidade imperativa baseada em verdades indiscutíveis, a respeito das quais não cabem divergências de entendimento ou de objetivos.

É nesse contexto que entendemos as frequentes alusões das suas colunas ao "mercado", a seus agentes, aos interesses políticos e às expectativas, repercutindo declarações dos seus principais porta-vozes, como uma narrativa que apresenta a agenda oficial como uma necessidade imperativa, as representando como produtos de suposta "realidade econômica" e, portanto, inquestionáveis.

Parece evidenciada a lógica do raciocínio subjacente à suposta "necessidade" das reformas: produzir excedentes monetários, poupados mediante reduções nos valores reais, ou mesmo nominais, dos investimentos públicos e gastos sociais, que possam ser transferidos ao pagamento dos custos da dívida pública brasileira – a principal fonte de liquidez monetária dos chamados "mercados financeiros" (FATORELLI, 2013:13) - sobre os quais, não por acaso, não incidem os limites da PEC do teto dos gastos públicos, fato sempre omitido pela jornalista nos seus trabalhos.

REFERÊNCIAS

FATORELLI, M.L. Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos. Brasília: Inove Editora, 2013.

KEYNES, J.M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1992.

LEITÃO, Miriam. O Globo, 15/6/2017 a 14/12/2017

POCHMANN, Márcio; CAMPOS, André; SILVA, Ricardo Amorim Ronnie. Atlas da Exclusão Social do Brasil Volume 2. São Paulo: Cortes Editora, 2004.

SOUTO, Sérgio Montero. Silêncio e invisibilidade no jornalismo econômico: Alinhamento ao 'mercado' x critérios de noticiabilidade. VI Encontro Nacional da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC) – Capítulo Brasil. Brasília, 2017

SWEDBERG, R. Max Weber e a Idéia de Sociologia Econômica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

WEBER, M. Economy and Society; an outline of interpretive sociology. Berkley and Los Angeles, CA (USA): University of California Press, 1978.

Internet:

http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500/2013/full_list/index.html?iid=F500_sp_full)

ttp://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1575242-carlos-slim-vira-o-maior-acionista-da-empresa-que-edita-o-new-york-times.shtml

http://economico.sapo.pt/noticias/como-o-wsj-se-tornou-um-simbolo-de-poder_201870.htm

http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/07/06/governo-cortou-r-206-milhoes-em-publicidade-da-tv-globo-em-2015